



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47

**ATA DA TRICENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO
DE 2019.**

Às catorze horas e quinze minutos do dia vinte de março de dois mil e
dezenove, reuniram-se, na sala das sessões dos Órgãos Colegiados, os
membros do Conselho Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso,
para realização da tricentésima trigésima sessão ordinária, sob a presidência
de Myrian Thereza de Moura Serra, contando com a presença dos
conselheiros: Aclyse de Mattos, Aida Couto Dinucci Bezerra, substituindo a
Tânia Regina Kinasz de Oliveira, Analy Castilho Polizel, Bruno César Souza
Moraes, Carlos Eduardo Silva e Souza, Cássia Maria Carraco Palos, Cecilia
Fukiko Kamei Kimura, Claudia Aparecida Martins, Dirceu Grasel, Edson Godoy,
Eduardo Henrique Bevitori Klingg de Moraes, Ellen Luiza Gomes de Araujo,
Eliane Augusto Ndiaye, Elizabeth Aparecida Furtado de Mendonça, Einsten
Lemos de Aguiar, Evando Carlos Moreira, Evandro Aparecido Soares da Silva,
Fábio Bruno Ramirez, Fabrício Lima da Paz, Fernando Tadeu de Miranda
Borges, Heinster Frederich Leal dos Santos, Iramaia Jorge Cabral de Paulo,
João Bosco Pereira Cajueiro, João Lucas de Souza Viana, Leandro Denis
Battirola, Léia de Souza Oliveira, Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque, Lisiane
Pereira de Jesus, Loyse Tussolini, Luana Caroline Kawamura, Marcelino Alves
Rosa de Páscoa, Marcos André de Carvalho, Marília Duarte Valim, em
substituição a Aurea Christina de Paula Corrêa, Marillin C. Cunha Tedesco,
Marluce Aparecida Souza e Silva, Matheus Henrique de Moraes Junqueira de
Araujo, Mauro Lucio Naves Oliveira, Nicolau Elias Neto, substituindo Ismael de
Barros Rocha, Ozerina Victor de Oliveira, Patrícia Silva Osório, Paulo Jorge da
Silva, Roberto Boaventura da Silva Sá, Roberto Carlos Beber, Roberto de
Souza, Saul Duarte Tibaldi, Tereza Christina M. Aguiar Veloso, Tereza Cristina
Cardoso de Souza Higa, Túlio Henrique Ramos Ruellas, Willian Márcio
Barbosa Vieira, os convidados Domingos Sálvio Santana, Secretário de Gestão
de Pessoas e Eunice Pereira dos Santos Nunes, Secretária de Tecnologia, o
Secretário da SINFRA, Adriano Aparecido de Oliveira, Aline Beatriz Mucellini,
Coordenadora de Gestão Orçamentária/PROPLAN e da presença de
servidores do Hospital Universitário Júlio Muller, sendo justificadas as
ausências dos conselheiros: Aurea C. de Paula Correa, Antonio de Arruda
Tsukamoto Filho, Ilce de Oliveira Campos, Bianca Borsatto Galera, Cleberson
Lira, Guilherme Luz Emerick, Margarida Marchetto, Paulo César Correa da
Costa, Paulo Roberto Alves de Oliveira, Ismael de Barros, Tatiane Lebre Dias e
Tânia Regina Kinasz de Oliveira. Iniciando a sessão, a Presidente
cumprimentou os presentes e em seguida colocou em apreciação a ata da
tricentésima vigésima nona sessão ordinária que foi aprovada, com 37 votos
favoráveis e 09 abstenções, com a emenda apresentada pelos conselheiros
Lennie Aryete Bertoque e Marcos André de Carvalho. Prosseguindo, a
Presidente colocou em apreciação a pauta, sendo aprovada, com 44 votos
favoráveis e 03 abstenções, com a inclusão em informes e sobre a possível
greve no Hospital Universitário Júlio Muller – HUJM, a pedido da conselheira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



48 Léia de Oliveira; inversão do sétimo ponto antecipando para segundo, a pedido
49 do conselheiro Carlos Eduardo Silva e Souza e retirada do item 09, processo nº
50 23108.996151/2018-91, a pedido do relator Paulo César Correa da Costa. A
51 Presidente esclareceu a conselheira Léia de Oliveira que o pedido sobre o
52 HUJM será discutido em informes e para pautar a matéria e deliberar deve ser
53 constituído processo e ser analisado por relator. Em continuidade, e
54 considerando o Processo 23108.020288/2019-54, a Presidente empossou o
55 discente Willian Marcio Barbosa Vieira, em substituição à discente Danifan
56 Cunha Leite, representante dos discentes, com mandato no período de 20 de
57 março a 21 de novembro de 2019, consubstanciando a Resolução CONSUNI
58 nº 03/2019. A seguir, em informes, a conselheira Patricia Osório informou que a
59 partir da Decisão CONSUNI nº 01/2019, a comissão constituída para
60 elaboração do Regimento do Conselho Universitário foi instalada em 08 de
61 março e realizará reuniões semanais, estabeleceu metodologia de trabalho e
62 iniciou a redação da minuta do regimento. Seguindo, a conselheira Ellen Luiza
63 Gomes de Araujo informou que o comando de greve se sentiu injustiçados e
64 decidiu judicializar a questão do RU ao Ministério Público. Em continuidade, o
65 conselheiro Fábio Bruno Ramirez registrou problemas que estão ocorrendo no
66 HUJM, que deveriam ser discutidos neste Conselho a tempos, no seu
67 entendimento, o hospital sofre situação de abandono, a gestão foi terceirizada
68 a EBSEH, o trabalhador do RJU enfrentam série de problemas, problema de
69 saúde pelo nível de pressão e assédio, denúncias sobre o plantão hospitalar,
70 que ninguém sabe como funciona sem nenhum atendimento por parte da SGP,
71 e por último, a Superintendente do HUJM baixou a Portaria 115/2019, que
72 suspende a jornada contínua, trazendo consequências não só para o
73 trabalhador, mas também para a sociedade, salientando que a jornada
74 contínua é o mecanismo que garante o funcionamento do HUJM de forma
75 ininterrupta e sua suspensão pode deixar pacientes desassistidos e informou
76 que os servidores decidiram deflagrar greve geral dos trabalhadores a partir da
77 próxima sexta-feira. Em seguida, a conselheira Léia de Oliveira apelou a
78 Reitora e aos membros do CONSUNI para revogar a Portaria que suspendeu a
79 jornada contínua no HUJM e realizar debates sobre a matéria e pediu para
80 pautar a matéria no CONSUNI e não decidir por decreto, ressaltando que essa
81 atitude nunca aconteceu na da universidade que tem uma história democrática.
82 Continuando, a servidora Léia de Oliveira informou que na portaria publicada
83 no DOU, assinada a reitora Maria Lúcia, cedendo 418 servidores do HU para a
84 EBSEH, consta que os servidores lotados em setores de funcionamento
85 ininterrupto, cumpriam jornada de 30 horas, como uma forma de defesa do
86 servidor, questionando a constituição de uma comissão no HU, para discussão
87 da jornada contínua, com a participação da SGP, de representantes de todas
88 as clinicas do HU, a qual estudou escala de trabalho, a metodologia da jornada
89 e ao concluir o trabalho numa minuta, não foi levada em consideração, no
90 entanto a Superintendente do HU revogou a jornada contínua do hospital, sem
91 consideração ao trabalho da comissão. Registrou a forma como os servidores
92 do RJU/HU estão sendo tratados e solicitou respeito e solidariedade,
93 entendendo que não é dessa maneira que se resolve um problema e solicitou
94 apoio de todos. Em seguida, a conselheira Luana Caroline Kawamura Lopes se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



95 solidarizou com os trabalhadores do HJUM e manifestou sobre a comissão
96 constituída em assembleia, no câmpus de Rondonópolis, para os trabalhos de
97 implantação da UFR, sendo que a Reitora também emitiu portaria constituindo
98 comissão para a implantação do câmpus, mas não estão claras as atribuições
99 dessa comissão. A Presidente informou que a comissão composta por
100 servidores dos câmpus de Cuiabá e Rondonópolis, visando a implantação da
101 UFR, a qual desenvolverá um trabalho operacional e autônomo para gerar
102 dados, visando a implantação da nova unidade, diferentemente de uma
103 comissão que irá discutir estatuto e projetos pedagógicos. Seguindo, a
104 conselheira Ozerina Victor destacou que está aberto o calendário interno para
105 apresentação de APCNs, visando a criação de novos programas de mestrado e
106 doutorado, cujas propostas serão apreciadas pelo CONSEPE e CAPES. Em
107 continuidade, após a autorização do plenário, a Presidente passou a palavra ao
108 Secretário de Gestão de Pessoas – SGP, Domingos Sálvio Sant’Ana, para
109 esclarecimento sobre os cortes de CDs e FGs, realizada pelo governo federal,
110 Decreto nº 9725/2019 , salientando que pela Constituição Federal o governo
111 não pode extinguir funções ocupadas, são funções que estão desocupadas no
112 MEC ou Ministério da Economia, mas que poderiam ser redistribuídas para as
113 universidades, acrescentou que, conforme item 2 do referido decreto, a partir
114 de 31 de julho serão extintas FG 4 e 5 criados em 1998 e por último, o decreto
115 extingue 16 FG 1, 27 FG2 e 14 FG3 das universidades recém criadas. Em
116 seguida, a conselheira Marluce Aparecida Sousa questionou qual a economia
117 de um corte de funções que não estão ocupadas. A Presidente entende que
118 isso é política e um corte no orçamento. Prosseguindo, o conselheiro João
119 Bosco Cajueiro questionou se a Portaria 115 emitida pela superintendência do
120 HJUM sobrepõe a uma Portaria da reitora publicada no Diário Oficial da União
121 e se é possível suspender seus efeitos e considerou que talvez falta diálogo do
122 gestor para solucionar os problemas e salientou que em 2017 foi constituído
123 um grupo de trabalho, composto pela SGP, sindicato e trabalhadores do HJUM,
124 cujo demonstra que a direção do HJUM deve agir de imediato com relação a
125 pessoal. Prosseguindo, a conselheira Elisabeth Aparecida Furtado de
126 Mendonça, superintendente do HJUM, apresentou documento com as
127 informações sobre a emissão das Portaria nºs 114 e 115, de 13 de março de
128 2019, esclarecendo que em 2018 a Controladoria Geral da União – CGU
129 auditou o HJUM, com foco no uso dos recursos federais do programa 2080,
130 ação 20RK, onde são alocados o orçamento para funcionamento das
131 Universidades Federais na PLOA/LOA, ressaltando que a auditoria se deu no
132 HJUM/EBSERH em função de situações presumidamente apontadas ao
133 Ministério da Transparência e CGU pelo Ministério Público Federal,
134 acrescentando que nessa auditoria foram avaliados os efeitos da redução da
135 jornada de trabalho e o pagamento de Adicional de Plantão Hospitalar – APH,
136 no final do trabalho os auditores concluíram que: o HJUM está irregular por
137 reduzir a carga horária dos servidores públicos federais cedidos para o
138 hospital; que o relatório que autoriza a jornada flexibilizada é frágil; que o
139 HJUM fez execução indevida de despesas com APH a servidores beneficiados
140 com a redução de carga horária, no montante de R\$ 4.183.884,46, entre
141 janeiro de 2017 e março de 2018 e considerando o Relatório RDE/CGU nº

EJS

J



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



142 201801169 que apresenta várias recomendações ao hospital, entre elas, que o
143 HUJM pague APH somente após o cumprimento da carga horária semanal
144 contratada de cada cargo, em obediência a legislação; apurar
145 responsabilidades dos casos relacionados que possam configurar
146 descumprimento da jornada e buscar reposição dos valores pagos
147 indevidamente. Dessa forma, o HUJM tem buscado soluções para atendimento
148 das recomendações pendentes, sem causar prejuízo aos servidores, aos
149 estudantes e aos usuários do SUS, sendo realizado estudos nas escalas,
150 comprovando que a flexibilização da jornada de 30 horas semanais não
151 permite o fechamento das escalas, aumenta a utilização de APH's, com
152 significativo prejuízo ao erário e dificulta o fechamento das escalas de trabalho
153 sem prejuízo dos serviços essenciais a população e com a manutenção dos
154 servidores em horário flexibilizado, sem pagar a APH, não restando alternativa
155 à Superintendência, como gestor, para não parar o hospital, a emissão das
156 Portarias 114 e 115/2019, que dispõe sobre a suspensão da concessão da
157 flexibilização da carga horária prevista no Decreto 1590/95, considerando o
158 entendimento que o pagamento do plantão hospitalar na 31ª hora é irregular. A
159 seguir, o conselheiro Paulo Jorge informou sobre a situação do câmpus do
160 Araguaia, unidade de Barra do Garças, após o vendaval ocorrido no último dia
161 12, que arrancou mais de 50 árvores, com sérios prejuízo nos telhados, queda
162 de energia e internet e agradeceu ao Vice-Reitor Evandro e a SINFRA o apoio
163 para recuperação do câmpus. Em continuidade, a conselheira Analy Castilho
164 Polizel teceu considerações sobre a criação da UFR e mais quatro
165 universidades, há um ano, no entanto, ainda não foram implantadas devido a
166 não liberação dos cargos de direções e funções gratificadas, destacando que
167 essa é a maior dificuldade para a implantação da universidade. Continuando, o
168 conselheiro Roberto Boaventura informou sobre o término de seu mandato no
169 Conselho de Moradia Estudantil - CEU, representando este Conselho e
170 considerando que participou de reuniões solicitou a prorrogação de seu que o
171 mandato e solicitou licença para apresentar um relato das atividades ocorridas
172 nesse período no CEU, na próxima reunião. A conselheira Erivã Garcia
173 Velasco informou que o Presidente do Conselho de Moradia solicitou a
174 prorrogação do mandato dos membros e já encaminhou o pedido de
175 prorrogação do representante do CONSUNI no Conselho de Moradia,
176 sugerindo deliberar o pedido em assuntos gerais. A seguir, a Presidente
177 informou sobre o pedido de exoneração da função de Ouvidor, apresentado
178 pela ouvidora Adalgisa Daltro Melo e manifestou que os serviços foram
179 redirecionados para o e-sic. Informou também, que abrirá inscrições para o
180 processo de escolha do Ouvidor/a, na Secretaria dos Órgãos Colegiados para
181 eleição neste Conselho. A Presidente informou que se reunirá amanhã com o
182 SINTUF, Superintendente da EBSERH e trabalhadores do HUJM para
183 discussão sobre a jornada de trabalho dos trabalhadores do hospital e pediu
184 que a greve não se inicie. Continuando, o conselheiro Carlos Eduardo Silva e
185 Souza relatou o Processo nº 23108.005553/2019-74, requerente Renato
186 Neder, dispõe sobre proposta de criação do Núcleo de Pesquisa em
187 Processos, Projetos e Planejamento, vinculado à Faculdade de Administração
188 e Ciências Contábeis do câmpus Cuiabá, cujo voto favorável à aprovação da

ERSA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



189 proposta foi aprovado com 43 votos favoráveis e 03 abstenções,
190 consubstanciando a Resolução CONSUNI N° 05/2019. A seguir, o conselheiro
191 Matheus Henrique de Moraes Junqueira de Araujo justificou a ausência do
192 conselheiro Fabricio Lima da Paz e solicitou dilação de prazo para
193 apresentação do relato de vistas sobre o Processo n° 23108.005553/2019-74,
194 que dispõe sobre apreciação da minuta de resolução referente as normas de
195 funcionamento dos restaurantes da UFMT na próxima reunião. Em
196 continuidade, o conselheiro Bruno César apresentou seu relato de vistas ao
197 Processo n° 23108.226564/2017-24, requerente Diretoria Geral do Hospital
198 Veterinário, que dispõe sobre aprovação do Programa de Colaboração
199 Voluntária na área técnico administrativa na UFMT, sendo o voto favorável à
200 aprovação da minuta de resolução na forma que consta nos autos. Em
201 discussão, o conselheiro Roberto Boaventura ponderou que essa proposta
202 precisa ser bem refletida por parte do CONSUNI, observou que o conselheiro
203 Bruno teve o cuidado de demonstrar que a proposta não é a possibilidade de
204 substituição da força de trabalho, mas entende que o trabalho voluntário é uma
205 exceção, um trabalho humanitário ou em casos de calamidade, mas essa
206 prática no serviço público é um equívoco, tira o direito ao emprego dos
207 formandos e sugeriu que a proposta seja refutada. O conselheiro Roberto de
208 Souza esclareceu o pedido surgiu no HOVET em função de casos específicos
209 de ex-alunos que não podiam desenvolver atividades no hospital, sem nenhum
210 vínculo, ressaltando que esses casos não substituem as atividades de
211 servidores. O conselheiro Fábio Bruno Ramirez observou que o serviço
212 voluntário é um trabalho gratuito previsto em lei, para casos específicos e a
213 presente proposta contempla generalidades, entendendo que se for aprovada
214 poderá trazer riscos sem precedentes e questionou como será realizada a
215 seleção dos candidatos ao serviço voluntário, concluindo considerou que a
216 proposta representa a substituição da força de trabalho sem concurso e votou
217 contra o relato de vista do conselheiro Bruno Moraes. A conselheira Marillin
218 Cunha Tedesco, salientou que em seu relato de vista chamou atenção para o
219 parecer da PGF, que manifesta que o trabalho voluntário é em caso específico
220 de relevante utilidade pública e disse que esse trabalho vem precarizar o
221 serviço público e manifestou contrário ao relato. A conselheira Léia de Oliveira
222 disse que a legislação do trabalho voluntário é clara, ponderou que essa
223 proposta surgiu para atender demanda do Hospital Veterinário e que é
224 necessário considerar o parecer da PGF que está no processo e sugeriu que
225 se o objetivo é validar a produção científica dos alunos, a FAVET deve propor
226 uma alternativa para o CONSEPE. A conselheira Marluce A. Souza e Silva
227 considerou o cuidado para deliberar sobre a matéria, para que o resultado não
228 venha contribuir para o desmonte da universidade. Seguindo, o conselheiro
229 Willian Marcio Barbosa Vieira manifestou que o conselho não deve deliberar
230 sobre um caso específico como regra geral, entendendo que o caso do HOVET
231 não é matéria para este Conselho deliberar e votou contrário à aprovação da
232 proposta. Prosseguindo, a Presidente esclareceu que a matéria não se trata de
233 uma situação específica e salientou que o que está em discussão é uma norma
234 institucional necessária para regulamentar uma lei específica. O conselheiro
235 Aclyse de Mattos ponderou que o pedido inicial já foi resolvido e entende que

Esse *J*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



236 este Conselho deve analisar uma proposta que será votada, a qual não fala em
237 estágio, bolsa, mas em trabalho voluntário, acrescentando que é função da
238 universidade pública com fim público, ressaltando que a proposta deve ter
239 critério para não se tornar trabalho e atender uma demanda social. A seguir, a
240 conselheira Lennie Aryete D. P. Bertoque teceu considerações sobre a
241 Resolução CONSEPE Nº 146/2017, que normatiza o trabalho de Pesquisador
242 Associado que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo
243 que a atividade de ensino, 64 horas anual, é acompanhada pelo professor da
244 disciplina, ele não substituiu o docente e ressaltou que essa norma permite
245 mais respaldo para o desenvolvimento das atividades e não ocupa lugar do
246 servidor técnico ou docente. Após manifestação de todos conselheiros
247 inscritos, a Presidente colocou em votação o voto do conselheiro Bruno César
248 de Moraes favorável à aprovação da minuta de resolução, na forma que consta
249 nos autos. O conselheiro Willian Marcio Barbosa Vieira solicitou questão de
250 ordem. A Presidente observou que já estava em regime de votação e procedeu
251 a votação, sendo aprovado o voto do relator, com 20 votos favoráveis, 17
252 contrários e 04 abstenções, conforme Resolução Consuni nº 04/2019, com as
253 seguintes declarações de voto: conselheiro Aclyse de Matos, declarou seu voto
254 nos seguintes termos: “me absteve de votar porque entendo que caberia a
255 questão de ordem porque ainda há dúvidas e poderíamos dirimir essas
256 questões e depois votar”; a conselheira Erivã Velasco declarou que se absteve
257 “por não ter lido a proposta por completo”; o conselheiro Marcos André de
258 Carvalho declarou seu voto contrário “pelas colocações e votos de vistas
259 concorda que ainda restam dúvidas e entende que existem outros caminhos a
260 ser dado que possa contemplar a situação do HOVET”; o conselheiro Paulo
261 Jorge da Silva declarou seu voto contrário “porque entende que há um
262 problema na denominação colaborador voluntário”. Seguindo, o conselheiro
263 Roberto Boaventura solicitou reconsideração da votação, considerando o
264 resultado apertado da votação e se for o caso rediscussão da matéria. A
265 Presidente solicitou respeito ao voto democrático da maioria dos conselheiros.
266 O conselheiro Roberto Boaventura reafirmou seu pedido de reconsideração de
267 voto por ter dúvidas do resultado. Em continuidade, a Presidente passou a
268 palavra a conselheira Lisiane de Jesus que apresentou seu relato sobre o
269 Processo nº 23108.954920/2018-84, referente a proposta de alteração da
270 Resolução CONSUNI Nº 09/1995, que aprovou as normas para concessão de
271 Lâurea Acadêmica e sugeriu em seu voto de vista, o encaminhamento do
272 processo aos coordenadores de Cursos de Graduação, para a possibilidade de
273 sugestões da matéria, considerando o interesse da comunidade universitária.
274 Em votação, a proposta foi aprovada com 40 votos favoráveis e 01 abstenção,
275 conforme Decisão CONSUNI Nº 03/2019. A seguir, a conselheira Thereza
276 Christina M. Veloso e a Coordenadora de Gestão Orçamentária Aline Mucellini
277 apresentaram a proposta de orçamento (LOA) para o exercício de 2019,
278 aprovada pela Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 e posteriormente o
279 poder executivo editou o Decreto 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, com
280 contingenciamento de 30% do orçamento de custeio. A coordenadora Aline
281 Mucellini salientou que este ano, com a criação da Universidade Federal de
282 Rondonópolis, o orçamento foi separado, retirando do valor do orçamento da

EJSc

J



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



283 UFMT o valor para a UFR e demonstrou a distribuição da LOA por grupo de
284 despesas: Pessoal – R\$ 869.869.660,00; Benefícios – R\$ 30.320.810,00;
285 Custeio – R\$ 115.660.662,00; Capital – R\$ 11.298.881. Seguindo, a
286 coordenadora detalhou o Custeio e o comparativo de previsão de despesas de
287 Custeio e a disponibilidade da LOA. Após a apresentação, a conselheira
288 Thereza Mertens Veloso salientou que a aprovação do orçamento não significa
289 que está liberado e ressaltou que este ano a liberação não foi automática,
290 sendo que até o momento, o limite para empenho liberado pelo MEC à
291 UFMT/UFR, para as despesas discricionárias (custeio e capital) foi de 18% do
292 valor total. Seguindo, a conselheira Thereza Mertens Veloso apresentou como
293 proposta de definição de prioridades para o orçamento de 2019, os seguintes
294 itens: Tecnologia da Informação; Biblioteca; Manutenção Predial e
295 Modernização dos Laboratórios de Ensino, informando que no momento da
296 avaliação interna e externa da instituição esses são os itens mais observados.
297 Prosseguindo, a Presidente colocou em discussão as sugestões de prioridades
298 para o orçamento. A conselheira Léia de Oliveira ponderou sobre o momento
299 vivenciado pelas IFES e sugeriu a realização de um fórum para discussão do
300 que representa as universidades para este país e a forma de construção do
301 orçamento para a educação no atual governo. A Presidente concordou com a
302 sugestão e acrescentou a necessidade de discussão sobre o processo
303 sucessório para escolha do Reitor (a) e a manutenção da escolha paritária
304 como sempre ocorreu na UFMT, informando que está na pauta da ANDIFES a
305 discussão da mobilização em defesa da universidade e da democracia no país.
306 Os conselheiros apresentaram as prioridades para suas unidades e
307 destacaram que os itens, reforma predial e elétrica, tecnologia, modernização
308 dos laboratórios e biblioteca estão interligados. O conselheiro Einsten Lemos
309 Aguiar observou que é importante, primeiramente, saber o volume de recursos
310 necessários para atender as necessidades e após definir as prioridades. O
311 conselheiro Dirceu Grazel observou que o orçamento já é engessado e ao
312 definir prioridades dificultará mais para a gestão e propôs que o CONSUNI não
313 delibere nenhuma prioridade para não engessar mais o orçamento da UFMT. O
314 conselheiro Eduardo Henrique Bevitori K. de Moraes indagou se é possível
315 identificar no orçamento da UFMT o respectivo valor em função da existência
316 do câmpus do interior. A conselheira Tereza Cristina Mertens Veloso informou
317 que o orçamento de cada instituição é aprovado de acordo com a matriz aluno
318 equivalente, a qual leva em consideração uma série de indicadores e
319 considerou que a universidade melhorar seus indicadores para concorrer a
320 mais recurso. A seguir, a Presidente esclareceu que o orçamento destinado ao
321 câmpus de Rondonópolis é uma pequena fração para manutenção e nesse
322 momento a UFMT é mantenedora da UFR e continua financiando 80% das
323 ações daquele câmpus. Seguindo, a Presidente colocou em votação as
324 seguintes propostas: 1) proposta apresentada pela PROPLAN, para o
325 CONSUNI definir prioridades, que recebeu 06 votos; 2) proposta do conselheiro
326 Dirceu Grasel de não definir prioridades para não engessar mais o orçamento,
327 que foi aprovada com 11 votos; e 3) proposta da conselheira Lennie Aryete
328 Bertoque de não deliberar hoje sobre as prioridades e que a matéria seja
329 encaminhada aos Institutos e Faculdades para manifestação das suas

ERSC

J



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



330 necessidades que recebeu 09 votos. Seguindo a pauta, o conselheiro Roberto
331 Lopes relatou o Processo nº 23108.005365/2019-46, interessado Eduardo
332 Henrique Bevitori k. de Moraes, que dispõe sobre Relatório de Atividades e
333 Plano de Trabalho para 2019/2020 do Núcleo de Estudos em Pecuária
334 Intensiva – ICAA/CUS, cujo voto favorável foi aprovado por unanimidade,
335 consubstanciando a Decisão nº 04/2019-CONSUNI. A conselheira Patricia
336 Osório informou que o Comitê de Pesquisa da PROPq está terminando a
337 revisão da minuta de Resolução para modificar a resolução que normatiza a
338 criação de nucleos na UFMT. Em assuntos gerais, a Presidente informou que
339 a SGP protocolou processo a este Conselho, sugerindo a discussão acerca do
340 formato da distribuição de vagas docentes, que atualmente é realizada pela
341 Reitoria. O conselheiro Roberto Beber sugeriu que a distribuição de vagas dos
342 servidores técnicos administrativo também seja discutido por este conselho.
343 Nada mais havendo a ser dito e nem tratado, a Presidente encerrou a sessão,
344 sendo lavrada esta ata por mim, Elenir Motta Sanches Arruda, Secretária dos
345 Órgãos Colegiados Superiores, que a escrevi e subscrevi, após lida e aprovada
346 pelo Plenário do Conselho Universitário.

[Assinatura]
E. Sanches

[Assinatura]